*uma forma política comunicativa no mais alto grau enquanto as formas anteriores foram essencialmente repressivas. Eis o verdadeiro segredo: era ela, acima de tudo, um governo da classe operária; o resultado da luta entre a classe que produz e a classe que se apropria dos produtos; a forma política, enfim encontrada, sob a qual a emancipação económica do trabalho poderia ser realizada*"….

*"Sem esta última condição, a constituição comunal teria sido uma impossibilidade e uma decepção"…*

Alguns utópicos têm-se preocupado em "pesquisar" as formas políticas sob as quais deverá produzir-se a transformação socialista da sociedade. Os anarquistas afastaram a questão das formas políticas em geral. Os oportunistas da social-democracia contemporânea aceitaram as formas políticas burguesas do Estado democrático parlamentar como um limite intransponível; quebraram a cabeça de tanto se prostrarem diante desse "paradigma" e taxaram de anarquismo todas as tentativas de destrui-lo.

De toda a história do socialismo e da luta política, Marx concluiu que o Estado está condenado a desaparecer, e que a forma transitória do Estado em vias de desaparecimento (a transição do Estado para a ausência do Estado), será o "proletariado organizado como classe dominante". Mas Marx nunca se propôs a descobrir as formas políticas do futuro. Limitou-se à observação exacta, à análise da história francesa e à conclusão que sobressaía do ano de 1851, isto é, que caminhamos para a destruição da máquina do Estado burguês.

Quando o movimento revolucionário do proletariado surgiu em grande escala, apesar do seu insucesso, da sua brevidade e fragilidade patente, Marx pôs-se a estudar as formas políticas que se tinham revelado.

A Comuna, tal é a forma, "enfim encontrada" pela revolução proletária, sob a qual se efectuará a emancipação económica do trabalho.

A Comuna é a primeira tentativa da revolução proletária para demolir a máquina do Estado burguês; é a forma política, "enfim encontrada", que pode e deve substituir a máquina do Estado esmagada.

Mais adiante, veremos que as revoluções russas de 1905 e 1917, num quadro diferente e noutras condições, não fazem senão continuar a obra da Comuna, confirmando a genial análise histórica de Marx.



**Lenine**

# O Estado e a Revolução

## (FASCÍCULO 1)

Bernstein, como bom filisteu, imagina o centralismo como qualquer coisa que, vinda de cima, só pode ser imposta e mantida pelo funcionalismo e o militarismo.

Como que prevendo que poderiam deturpar a sua doutrina, Marx acentua que é cometer uma fraude deliberada acusar a Comuna de ter querido destruir a unidade da nação para abolir o poder central. Marx emprega intencionalmente a expressão: "organizar a unidade da nação", para opor o centralismo proletário, consciente, democrático, ao centralismo burguês, militar, burocrático.

Mas… não há pior surdo do que o que não quer ouvir. Os oportunistas da social-democracia contemporânea não querem ouvir falar nem de destruir o poder do Estado nem de amputar o parasita.

### *5. Destruição do Estado Parasita*

Já citamos Marx a este respeito. Só resta completar as citações.

…"*É sorte, em geral, das criações históricas inteiramente novas o serem tomadas, erradamente, por cópias de outras formas mais antigas e até extintas da vida social, com as quais podem ter certas semelhanças. Assim, nesta nova Comuna que quebra (bricht) o poder do Estado, quis-se ver a reprodução das comunas da Idade Média,.. uma federação de pequenos Estados (Montesquieu, Girondinos),.. uma forma exagerada da antiga luta contra os abusos da centralização*"...

…"*Na realidade, a constituição comunal teria restituído ao corpo social todas as forças até então absorvidas pelo Estado, parasita que se nutre da substância da sociedade e paralisa o seu livre movimento. Esse facto bastaria, por si só, para torná-la um ponto de partida para a regeneração da França*"...

…"*Na realidade, a constituição comuna, colocava os produtores rurais sob a direcção intelectual das cidades de cada região, onde ela lhes daria, na pessoa dos operários, os guardiães naturais de seus interesses. A própria existência da Comuna implicava naturalmente o auto-governo local; mas não como contrapeso ao poder do Estado, agora redundante*".

"Destruição do poder do Estado", uma "excrescência parasitária", a sua "amputação", a sua "quebra", um "poder do Estado que agora passa a redundante" – eis os termos com os quais Marx fala do Estado, julgando e analisando a experiência da Comuna.

Foi há cerca de cinquenta anos que tudo isto foi escrito, e agora é quase necessário proceder a escavações para redescobrir e apresentar à consciência das massas um marxismo não distorcido. As conclusões tiradas por Marx da última grande revolução de seu tempo foram esquecidas justamente no momento das grandes revoluções modernas do proletariado.

…"*A multiplicidade de interpretações a que a Comuna deu lugar, a multiplicidade de interesses que nela encontraram expressão provam que foi*

oportunista que Marx trata aqui, não do federalismo em oposição ao centralismo, mas sim da demolição da velha máquina de Estado burguesa existente em todos os países burgueses.

Ao oportunista só vem à mente o que vê em torno de si, no seu meio pequeno-burguês de estagnação "reformista", ou sejam as "municipalidades"! Quanto à revolução do proletariado, já nem sequer pensa nisso.

É ridículo. Mas, o mais curioso é que, nesse ponto, ninguém contraditou Bernstein. Muitos o refutaram, entre outros Plekhanov na Rússia e Kautsky na Europa ocidental, mas nem um nem outro referiu essa deformação de Marx por Bernstein.

O oportunista anda tão esquecido de pensar revolucionariamente e de pensar na revolução, que vê "federalismo" em Marx, assim confundido-o com o fundador do anarquismo, Proudhon. E Kautsky, e Plekhanov, que pretendem ser marxistas ortodoxos e defender o marxismo revolucionário, calam-se! Eis uma das razões dessa extrema degradação de pontos de vista, comum aos kautskistas e oportunistas, sobre a diferença entre o marxismo e o anarquismo. Mas voltaremos ao assunto.

Nos comentários já citados de Marx sobre a experiência da Comuna, não há nem sombra de federalismo. Marx está de acordo com Proudhon precisamente num ponto que o oportunista Bernstein não vê; Marx afasta-se de Proudhon justamente ali onde Bernstein os vê de acordo.

Marx está de acordo com Proudhon no facto de ambos serem pela "demolição" da máquina do Estado moderno. Essa analogia entre o marxismo e o anarquismo (o de Proudhon e de Bakunine) nem os oportunistas nem os kautskistas a querem ver, pois que, nesse ponto, eles mesmos se desviaram do marxismo.

Marx afasta-se, ao mesmo tempo, de Proudhon e de Bakunine precisamente na questão do federalismo (não falando na ditadura do proletariado). O federalismo, como principio, deriva logicamente do ponto de vista pequeno-burguês do anarquismo. Marx é centralista, e, em todas as passagens dele citadas, não se pode encontrar a menor infidelidade ao centralismo. Só as pessoas imbuídas de uma "fé supersticiosa" no Estado é que podem tomar a destruição da máquina burguesa como destruição do centralismo!

Ora, se o proletariado e os camponeses pobres se apossam do poder do Estado, organizando-se livremente em comunas e coordenando a acção de todas as comunas para ferir o Capital, destruir a resistência dos capitalistas, restituir a toda a nação, à sociedade inteira, a propriedade privada dos caminhos-de-ferro, das fábricas, da terra, etc., não será isso centralismo? Não será isso o centralismo democrático mais consequente? Para além disso, não será um centralismo proletário?

Bernstein não concebe um centralismo voluntário, uma união voluntária das comunas em nação, uma fusão voluntária das comunas proletárias com o fito de destruir a dominação burguesa e a máquina de Estado burguesa.



# Prefácio à 1ª Edição

A questão do Estado assume, actualmente, particular importância, tanto do ponto de vista teórico como do ponto de vista político prático. A guerra imperialista acelerou e agudizou ao mais alto grau o processo de transformação do capitalismo monopolista em capitalismo monopolista de Estado. A monstruosa opressão dos trabalhadores pelo Estado, que se une cada vez mais estreitamente às omnipotentes associações dos capitalistas, atinge proporções cada vez maiores. Os países mais adiantados transformam-se (referimo-nos à "retaguarda" desses países) em presídios militares para os trabalhadores. Os inauditos horrores e o flagelo de uma guerra interminável tornam intolerável a situação das massas e aumentam a sua indignação. A revolução proletária universal está em maturação e a questão da sua atitude em face do Estado adquire importância prática.

Os elementos de oportunismo, acumulados durante dezenas de anos de relativa paz, criaram a corrente do social-chauvinismo que predomina nos partidos socialistas oficiais do mundo inteiro. Essa corrente (Plekhanov, Pótressov, Brechkóvskaia, Rubanovitch e, depois, sob uma forma ligeiramente velada, os srs. Tsereteli, Tchernov & Cia., na Rússia; Scheidemann, Legien, David e outros, na Alemanha; Renaudel, Guesde, Vandervelde, na França e na Bélgica, Hyndman e os fabianos, na Inglaterra, etc., etc.), socialista nas palavras, mas chauvinista de facto, caracteriza-se por uma baixa e servil adaptação dos "chefes socialistas" aos interesses não só da "sua" própria burguesia nacional, como também, mais precisamente, do "seu" Estado, pois a maior parte das chamadas grandes potências exploram e escravizam, há muito tempo, muitas nacionalidades pequenas e fracas. Ora, a guerra imperialista não tem outra coisa em vista senão o fraccionamento e a distribuição dessa espécie de despojo. A luta para arrancar as massas trabalhadoras da influência da burguesia em geral e da burguesia imperialista em particular, é impossível sem uma luta contra os preconceitos oportunistas relativos ao "Estado".

Primeiro, passaremos em revista a doutrina de Marx e Engels sobre o Estado, detendo-nos mais minuciosamente nos pontos esquecidos ou distorcidos pelo oportunismo. Em seguida, analisaremos especialmente a posição do principal representante dessas distorções, Karl Kautsky, o chefe mais conhecido da II Internacional (1889-1914) que tão tristemente faliu durante a guerra actual. Finalmente, faremos o balanço da experiência da revolução russa de 1905, e, principalmente, da de 1917. Esta última, no momento presente (princípios de Agosto de 1917), entra visivelmente no fim de sua primeira fase; mas, toda esta revolução só se pode compreender como um anel na cadeia de revoluções proletárias socialistas provocadas

pela guerra imperialista. Assim, a questão da posição da revolução socialista do proletariado perante o Estado não adquire somente uma importância política prática; ela reveste-se de um carácter candente porque esclarece as massas sobre o que devem fazer para se libertarem, num futuro muito próximo, do jugo do capital.

O Autor.

Agosto de 1917.

## Prefácio à 2ª Edição

Esta segunda edição está quase inteiramente conforme a primeira edição. Só foi feita a adição do terceiro parágrafo ao capítulo II

O Autor.

Moscovo, 17 de Dezembro de 1918.



parlamentarismo, mantendo, no entanto, as instituições representativas; eis o livrará as classes laboriosas da prostituição das instituições burguesas.

### *4. Organização da Unidade da Nação*

…"*Num breve esboço sobre a organização nacional, que a Comuna não teve tempo de desenvolver, afirma-se explicitamente que a Comuna deveria ser… a forma política de todas as aldeias, mesmo as menores*"... Seriam as comunas a eleger a "delegação nacional" a Paris.

…"*As funções, pouco numerosas, mas muito importantes, que ainda restariam para um governo central, não seriam suprimidas – como se disse erroneamente de forma deliberada – mas, sim, confiadas a agentes comunais e, por conseguinte, rigorosamente responsáveis*"…

…"*A unidade da nação não devia ser destruída, mas, ao contrário, organizada, segundo a constituição comunal. Tornar-se-ia uma realidade pela destruição do poder do Estado, que pretende ser a encarnação dessa unidade, mas independente da nação e colocado acima dela. De facto não passa de uma excrescência parasitária dessa mesma nação"... "Ao mesmo tempo, os órgãos puramente repressivos do velho poder estatal seriam amputados, as funções úteis seriam arrancadas a uma autoridade que usurpava a preeminência e se colocava acima da sociedade, e entregues a agentes responsáveis da própria sociedade*".

Ao ponto a que chegaram os oportunistas da social-democracia contemporânea na não compreensão – melhor dizendo, na falta de vontade de compreender – desta argumentação de Marx, não há prova melhor do que o livro do renegado Bernstein, "Socialismo Teórico e Social-Democracia Prática", com que ele adquiriu uma celebridade do mesmo quilate que a de Eróstrato. Precisamente a propósito dessa passagem de Marx, escreve Bernstein que ai se encontra "a exposição de um programa que, em suas tendências políticas, se assemelha de modo notável ao federalismo". E mais adiante: "Enfim, apesar de todas as outras dissemelhanças entre Marx e o "pequeno-burguês" Proudhon – Bernstein escreve " pequeno-burguês" entre aspas, por ironia – a maneira de ver de ambos, a esse respeito, é quase idêntica". Sem dúvida, continua Bernstein, a importância das municipalidades aumenta, mas "parece-me duvidoso que o primeiro objectivo da democracia seja a dissolução (Auflosung) dos Estados modernos e uma metamorfose (Umwandlung) tão completa de sua estrutura como a imaginam Marx e Proudhon: formação de uma assembleia nacional de delegados das assembleias estaduais ou municipais, que, por sua vez, se comporiam de delegados das comunas, de sorte que as representações nacionais, na sua forma actual, desapareciam por completo". (Bernstein, *Premissas*, ed. alemã, 1899, pág.134 e 136)

Simplesmente monstruoso: assimilar as ideias de Marx sobre "o aniquilamento do poder do Estado – parasita" ao federalismo de Proudhon! Mas, não se trata de um acidente, porque nem sequer passa pela cabeça do

começar, imediatamente, de um dia para o outro, é substituir a "hierarquia" específica dos funcionários por simples cargos de "contramestres e guarda-livros", cargos já agora inteiramente acessíveis à população urbana, dado o grau do seu desenvolvimento geral, e que podem muito bem ser pagos por "salários de operário".

Organizar, nós mesmos, os operários, a produção em larga escala segundo os modelos que o capitalismo criou, com base na nossa experiência de produção, impondo uma disciplina rigorosa, uma disciplina de ferro, mantida pelo poder político dos operários armados; reduzir os funcionários do Estado ao papel de simples executores da nossa vontade, responsáveis e amovíveis, ao papel de "contramestres e guarda-livros" modestamente pagos (conservando, evidentemente, os técnicos e especialistas de toda espécie e categoria): tal é a nossa tarefa proletária, tal é o modo por que deve começar a revolução proletária. Esse programa, aplicado na base da produção em larga escala, acarreta por si mesmo o "desvanecimento" progressivo de todo o funcionalismo, o estabelecimento gradual de um regime inteiramente diferente da escravidão do assalariado, um regime onde as funções, cada vez mais simplificadas, de fiscalização e contabilidade, serão desempenhadas por todos, cada qual por seu turno, tornando-se depois um reflexo para, finalmente, desaparecerem como funções especiais de uma categoria especial de indivíduos.

Mais ou menos em 1870, um espirituoso social-democrata alemão considerava o correio como exemplo de sistema económico socialista. Nada mais justo. Actualmente, o correio é uma empresa organizada, segundo um modelo de monopólio capitalista de Estado. O imperialismo transforma, a pouco e pouco, todos os *trusts* em organizações deste tipo. Os "simples" trabalhadores, famintos e sobrecarregados de trabalho, continuam submetidos à mesma burocracia burguesa. Mas, o mecanismo da gestão social está pronto. Uma vez derrubados os capitalistas, uma vez quebrada, pela mão de ferro dos operários armados, a resistência dos seus exploradores, uma vez demolida a máquina burocrática do Estado actual, estaremos diante de um mecanismo admiravelmente aperfeiçoado, livre do "parasita", e que os próprios trabalhadores, unidos, podem muito bem pôr em funcionamento, contratando técnicos, contramestres e guarda-livros e pagando-lhes, a todos, pelo seu trabalho, como a todos os funcionários "públicos" em geral, um salário de operário. Eis uma tarefa concreta, prática, imediatamente realizável em relação a todos os *trusts*, destinada a libertar da exploração os trabalhadores tendo em conta a experiência já iniciada na prática pela Comuna (sobretudo no domínio da organização do Estado).

Toda a economia nacional organizada à maneira dos correios, na qual todos os técnicos, fiscais e guarda-livros, todos os funcionários, recebem um vencimento que não exceda o salário de operário, sob a direcção e o controle do proletariado armado – eis o nosso objectivo imediato. Eis o Estado, eis a base económica de que necessitamos. Eis o que aniquilará o



# I

# As Classes Sociais e o Estado

### *1. O Estado é um Produto do Antagonismo Inconciliável entre Classes*

Dá-se com a doutrina de Marx, neste momento, aquilo que, muitas vezes, através da História, tem acontecido com as doutrinas dos pensadores revolucionários e dos dirigentes do movimento libertador das classes oprimidas. Os grandes revolucionários foram sempre perseguidos durante a vida; a sua doutrina foi sempre alvo do ódio mais feroz, das mais furiosas campanhas de mentiras e difamação por parte das classes dominantes. Mas, depois da sua morte, tenta-se convertê-los em ídolos inofensivos, canonizá-los, por assim dizer cercar o seu nome de uma auréola de glória, para "consolo" das classes oprimidas e para as enganar, enquanto se castra a substância dos seus ensinamentos revolucionários, embotando-lhes o gume e aviltando-os. É para um tal "tratamento" do marxismo que, presentemente, a burguesia e os oportunistas dentro do movimento operário se unem. Esquece-se, esbate-se, desvirtua-se o lado revolucionário, a essência revolucionária da doutrina, a sua alma revolucionária. Exalta-se e coloca-se em primeiro plano o que é ou parece aceitável para a burguesia. Todos os sociais-chauvinistas (não riam!) são, agora, "marxistas". Os sábios burgueses, que ainda ontem, na Alemanha, se especializavam em refutar o marxismo, falam cada vez mais de um Marx "nacional-alemão", que, a dar-lhes ouvidos, teria educado os sindicatos operários, tão magnificamente organizados, para executarem a guerra de rapina!

Em tais circunstâncias, e perante tão ampla divulgação de deformações do marxismo, a nossa missão é, antes de mais nada, restabelecer a verdadeira doutrina de Marx sobre o Estado. Para isso, teremos de fazer longas citações das obras de Marx e de Engels. Essas longas citações tornarão pesada e exposição e não contribuirão para torná-la popular; mas, é absolutamente impossível dispensá-las. Todas as passagens de Marx e Engels, pelo menos as passagens essenciais que tratam do Estado, devem ser reproduzidas sob a forma mais completa possível, para que o leitor possa fazer uma ideia pessoal do conjunto e do desenvolvimento das concepções dos fundadores do socialismo científico. Assim, apoiados em provas, demonstraremos, à evidência, que o "kautskysmo", hoje predominante, as deturpou.

Comecemos pela mais vulgarizada das obras de Engels: “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, cuja sexta edição foi publicada em Estugarda, em 1894. Traduziremos os nossos extractos do original em alemão, porque as traduções russas, embora numerosas, são, na sua maioria, incompletas ou muito defeituosas.

"*O Estado* – diz Engels, concluindo da sua análise histórica – *não é, de forma alguma, uma força imposta, a partir do exterior, à sociedade. Muito menos é "a realidade da ideia moral", "a imagem e a realidade da razão" como afirma Hegel. O Estado é, antes, um produto da sociedade num determinado estádio do seu desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis dos quais é impotente para desenvencilhar-se. Mas, para que os antagonistas, as classes com interesses económicos opostos, não se consumam a si próprios e à sociedade numa luta estéril, torna-se necessário um poder, colocado aparentemente acima da sociedade, a fim de enevoar o conflito, de contê-lo nos limites da "ordem". Esse poder, nascido da sociedade, mas que se coloca acima dela e da qual se torna cada vez mais estranho, é o Estado*".

Eis, expressa com toda a clareza, a ideia fundamental do marxismo no que concerne ao papel histórico e à significação do Estado. O Estado é o produto e a manifestação do facto de as contradições de classes serem inconciliáveis. O Estado aparece onde, no momento e na medida em que as contradições de classes não podem objectivamente ser conciliadas. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis.

É precisamente sobre esse ponto essencial e capital que começa a deformação do marxismo, seguindo duas linhas principais.

De um lado, os ideólogos burgueses e, sobretudo, pequeno-burgueses obrigados, sob a pressão de factos históricos incontestáveis, a reconhecer que o estado não existe senão onde existem as contradições de classes e a luta de classes, "corrigem" Marx de maneira que o Estado aparece como um órgão de conciliação das classes. Para Marx, o Estado não poderia surgir nem subsistir se a conciliação das classes fosse possível. Para os professores e publicistas pequeno-burgueses e filisteus – que citam abundante e condescendentemente Marx – o Estado tem por papel, exactamente, a conciliação das classes. Para Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de opressão de uma classe por outra; é a criação de uma "ordem" que legaliza e consolida essa opressão, contendo os conflitos entre classes. Para os políticos pequeno-burgueses, ao contrário, a ordem é precisamente a conciliação das classes e não a opressão de uma classe por outra; para eles conter os conflitos é conciliar, não arrancar os meios e processos de combate às classes oprimidas em luta para derrubar os opressores.

Assim, na revolução de 1917, quando a questão do significado do papel do Estado foi posta em toda a sua magnitude na prática, como uma questão de acção imediata, ainda mais, de acção das massas, todos os socialistas-revolucionários e todos os mencheviques, sem excepção, caíram, imediata e completamente, na teoria pequeno-burguesa da "conciliação" das classes pelo "Estado". Inúmeras resoluções e artigos de políticos desses dois partidos estão profundamente impregnados dessa teoria pequeno-burguesa e



mantidas, mas já não há parlamentarismo como sistema especial, como divisão do trabalho legislativo e executivo e como situação privilegiada para os deputados. Não podemos imaginar uma democracia, mesmo proletária, sem instituições representativas, mas podemos e devemos realizá-la sem parlamentarismo, se a crítica da sociedade burguesa não é, pelo menos para nós, uma palavra vã, se o nosso esforço para derrubar a dominação da burguesia é um esforço honesto e sincero e não uma expressão "eleitoral", destinada simplesmente a surripiar os votos dos operários, como sucede com os mencheviques e sr.s como Scheidemann e Legien, Samba e Vandervelde.

É extremamente instrutivo ver que Marx, falando do género de administração que é necessário à Comuna e à democracia proletária, toma como termo de comparação o pessoal de "qualquer outro patrão", isto é, de uma empresa capitalista comum, com os seus "operários, contramestres e guarda-livros".

Não há a menor parcela de utopia em Marx, no sentido de que não inventa nem fantasia sobre a "nova" sociedade. Não, ele estuda, como um processo histórico-natural, a génese da nova sociedade saída da antiga e as formas intermediárias entre uma e outra. Baseia-se na experiência do movimento proletário e esforça-se por tirar dela lições práticas. "Vai à escola" da Comuna, como todos os grandes pensadores revolucionários que não hesitaram em entrar na escola dos grandes movimentos da classe oprimida, em lugar de pregar "sermões" pedantes (como faz Plekhanov, quando diz: "Não era necessário pegar em armas!", ou Tseretelli, quando diz: "Uma classe deve saber, por si mesma, limitar as suas aspirações").

Não se trata de aniquilar o funcionalismo de um golpe, totalmente e por toda parte. Isso seria utopia. Mas destruir sem demora a velha máquina administrativa, para começar imediatamente a construir uma nova, que permita suprimir gradualmente o funcionalismo, isso não é utopia, é a experiência da Comuna, a tarefa evidente e imediata do proletariado revolucionário.

A simplificação das funções do "Estado" capitalista permite que se suprima a "hierarquia", reduzindo tudo a uma organização dos proletários (como classe dominante), que emprega, por conta do conjunto da sociedade, "operários, contramestres e guarda-livros".

Nós não somos utópicos. Nós não "sonhamos" com dispensar bruscamente, de um dia para o outro, todo e qualquer governo, toda e qualquer subordinação; isso são sonhos anarquistas resultantes da incompreensão do papel da ditadura do proletariado, sonhos que nada têm de comum com o marxismo e que, na realidade, só servem para adiar a revolução socialista até que os homens sejam de outra essência. Não, nós queremos a revolução socialista com os homens tais como são hoje, não podendo dispensar nem a subordinação, nem o controle, nem os "contramestres e guarda-livros".

Mas a subordinação deve fazer-se à vanguarda armada de todos os explorados e trabalhadores – ao proletariado. Por onde se pode e deve

O meio de sair do parlamentarismo não é, certamente, anular as instituições representativas e as eleições, mas sim transformar esses moinhos de palavras que são as assembleias representativas em assembleias capazes de "trabalhar" verdadeiramente. "*A Comuna*, *devia ser, não uma corporação parlamentar, mais sim uma corporação laboriosa, ao mesmo tempo legislativa e executiva".*

Uma "corporação não parlamentar, mais sim laboriosa", escutem bem, seus "cães de regaço" parlamentares da social-democracia moderna! Reparem em qualquer país de parlamentarismo, desde a América à Suíça, desde a França à Noruega, etc.: a verdadeira tarefa "estatal" é feita por detrás dos bastidores, e são os ministérios, as secretárias, os estados-maiores que a fazem. Nos parlamentos, só se faz tagarelar, com o único intuito de enganar a "plebe". Isso é tão verdadeiro que, mesmo na república russa, república democrática burguesa, ainda antes de ter conseguido criar um verdadeiro parlamento já todos estes pecados do parlamentarismo se fazem sentir,. Os heróis da pequena burguesia apodrecida, os Skobelev e os Tseretelli, os Tchernov e os Avksentiev, conseguiram gangrenar até os Sovietes, à maneira do mais repugnante parlamentarismo burguês, fazendo deles moinhos de palavras. Nos Sovietes, os srs. ministros "socialistas" enganam os mujiques de boa fé com a sua fraseologia e as suas resoluções. O governo é uma quadrilha permanente para, por um lado, distribuir à vez pelo maior número possível de socialistas-revolucionários e de mencheviques, "as fatias do bolo" dos empregos lucrativos e honoríficos, e, por outro, para "tomar conta da atenção" do povo. Enquanto isso, as secretarias e os estados-maiores vão "tratando" dos negócios do "Estado"!

O Dielo Naroda, órgão do Partido "Socialista-Revolucionário" no poder, num editorial ultimamente publicado, confessa, – com a incomparável franqueza de gente da "boa sociedade", "totalmente" caída na prostituição política –, que, mesmo nos ministérios pertencentes aos "socialistas" (desculpem a expressão!), todo o aparelho administrativo funciona como antigamente, que nada ali mudou e que as reformas revolucionárias são sabotadas com plena "liberdade"! Mas, mesmo sem essa confissão, acaso a história da participação dos socialistas-revolucionários e dos mencheviques no governo não é a melhor prova disso? E o que é característico é que, ocupando os ministérios ao lado dos cadetes, os srs. Tchernov, Russanov, Zenzinov e outros redactores do Dielo Naroda levam a imprudência ao ponto de contar publicamente e sem corar, como se fosse uma coisa sem consequências, que nos seus ministérios nada mudou!! Fraseologia revolucionário-democrática para enganar o ingénuo camponês, burocracia e paramentos para "seduzir" o capitalista, eis o fundo da "confusa" Aliança.

Este parlamentarismo venal e putrefacto da sociedade burguesa, substitui-o a Comuna por instituições onde a liberdade de discussão e de exame não degenera em intrujice; os próprios mandatários trabalham e fazem executar as suas leis, verificam os resultados obtidos e respondem directamente perante os seus eleitores. As instituições representativas são



oportunista da "conciliação". Que o Estado seja o órgão de dominação de uma dada classe que não pode conciliar-se com a sua antípoda (a classe adversa), é o que a democracia pequeno-burguesa é incapaz de compreender. A posição perante o Estado é uma das provas mais evidentes de que os nossos socialistas-revolucionários e os nossos mencheviques não são socialistas, como nós, os bolcheviques, sempre demonstramos, mas democratas pequeno-burgueses com fraseologia pseudo-socialista.

Já em Kautsky, a deformação do marxismo é muito mais subtil. "Teoricamente", não nega que o Estado seja o órgão de dominação de classe, nem que as contradições de classe sejam inconciliáveis. Mas, omite ou obscurece o seguinte: se o Estado é o produto da inconciliabilidade das contradições de classe, se é um poder colocado acima da sociedade e "da qual se torna cada vez mais estranho", é claro que a libertação da classe oprimida é impossível sem uma revolução violenta e sem a supressão do aparelho de poder do Estado, criado pela classe dominante e no qual se materializa o seu carácter de "estranheza". Esta conclusão teoricamente clara por si mesma, tirou-a Marx, com inteira precisão, como adiante veremos, da análise histórica concreta das tarefas da revolução. E é precisamente esta conclusão que Kautsky "esqueceu" e desvirtuou, como demonstraremos detalhadamente no decurso da nossa exposição.

### *2. Destacamentos especiais de homens armados, prisões, etc.*

..."*Em contraposição à ancestral organização em clãs* – continua Engels – *o Estado difere, em primeiro lugar, pelos termos em que os cidadãos são organizados por territórios*"...

Esta organização parece-nos "natural", mas precisou de uma luta de grande fôlego contra a antiga organização em clãs ou tribal.

..."*O segundo traço característico do Estado é a instituição de um poder público que já não corresponde directamente à população e que se organiza como força armada. Esse poder público separado é indispensável, porque a organização espontânea da população em armas se tornou impossível desde que a sociedade se dividiu em classes... Esse poder público existe em todos os Estados. Compreende não só homens armados, como também elementos materiais, prisões e instituições coercivas de toda espécie, que a sociedade patriarcal (clã) não conheceu*".

Engels desenvolve a noção dessa "força" que se chama Estado, força proveniente da sociedade, mas superior a ela e que dela se afasta cada vez mais. Em que consiste, principalmente, essa força? Em destacamentos de homens armados que dispõem de prisões, etc.

Temos o direito de falar em destacamentos de homens armados, porque o poder público próprio a cada Estado "já não corresponde directamente" à população armada, isto é, à sua "organização espontânea em armas".

Como todos os grandes pensadores revolucionários, Engels esforça-se por atrair a atenção dos trabalhadores conscientes para o que a medíocre

pequena burguesia dominante considera menos digno de atenção, mais banal, consagrado por preconceitos não apenas resistentes, mas, pode-se dizer, petrificados. O exército permanente e a polícia são os principais instrumentos do poder governamental. Mas, poderia ser de outra forma?

Para a grande maioria dos europeus do fim do século XIX, aos quais Engels se dirige e que não viveram nem observaram de perto nenhuma grande revolução, não poderia ser de outra forma. Para eles era completamente incompreensível o que fosse uma "organização espontânea da população em armas". À questão de saber de onde vem a necessidade de corpos especiais de homens armados (polícia, exército permanente), separados da sociedade e superiores a ela, os filisteus da Europa ocidental e da Rússia respondem, muito naturalmente, a essa pergunta, com uma ou duas frases colhidas em Spencer ou em Mikhailovsky, sobre a complexidade crescente da vida social, a diferenciação das funções sociais, etc.

Essas alegações parecem "científicas" e tranquilizam admiravelmente o bom público, obscurecendo o principal, o essencial: a cisão da sociedade em classes irreconciliavelmente inimigas.

Se essa cisão não existisse, a "organização espontânea da população em armas" distinguir-se-ia, certamente, pela complexidade, pela elevada técnica, etc., da organização primitiva de um bando de macacos armados de cacetes, da dos homens primitivos ou da dos homens associados em clãs, mas seria possível.

É, porém, impossível, porque a sociedade civilizada está dividida em classes hostis e irreconciliáveis cujo armamento "espontâneo" provocaria a luta armada. Forma-se o Estado; cria-se uma força especial, criam-se corpos armados, e cada revolução, destruindo o aparelho governamental, põe em evidência como a classe dominante se empenha em reconstituir, ao seu serviço, corpos de homens armados, e como a classe oprimida se empenha em criar uma nova organização do mesmo género, para pô-la ao serviço, não dos exploradores, mas dos explorados.

Na passagem citada, Engels coloca teoricamente a questão que, na prática, qualquer grande revolução põe diante de nós concretamente e na escala da acção de massas, ou seja a questão das relações entre os destacamentos "especiais" de homens armados e a "organização espontânea da população em armas". Veremos como esta questão é ilustrada concretamente pelas experiências das revoluções europeias e russas.

Mas, voltemos à exposição de Engels.

Ele mostra que, por vezes, o poder público enfraquece, por exemplo, em certas regiões da América do Norte (trata-se – excepção bem rara na sociedade capitalista – das regiões da América do Norte nas quais, antes do período imperialista, predominava o colono livre) mas, em geral, o poder público aumenta: …"*Este poder público reforça-se na medida em que se agravam internamente os antagonismos de classe e os Estados contíguos se tornam mais fortes e mais populosos. Basta considerar a Europa actual, onde*



### *3. A Supressão do Parlamento*

"*A Comuna*, disse Marx, *devia ser, não uma corporação parlamentar, mais sim uma corporação laboriosa, ao mesmo tempo legislativa e executiva"...*

…"*Em lugar de resolver, de três em três ou de seis em seis anos, qual o membro da classe dominante que deverá representar e esmagar* [ver-und zertreten] *o povo no parlamento, o sufrágio universal devia servir ao povo constituído em comunas, da mesma forma que o sufrágio individual serve qualquer outro patrão, na procura de operários, contramestres e guarda-livros para o seu negócio*".

Esta crítica notável do parlamentarismo, feita em 1871, deve à hegemonia do social-chauvinismo e do oportunismo a sua inclusão nas "páginas esquecidas" do marxismo. Ministros e parlamentares de profissão, os renegados do proletariado e "mercadores" socialistas contemporâneos deixaram aos anarquistas o monopólio da crítica do parlamentarismo e, nessa base surpreendentemente criteriosa, classificaram de "anarquista" toda crítica do parlamentarismo!! Não é, pois, de admirar que o proletariado dos países parlamentares "avançados", enjoado de socialistas como Scheidemann, David, Legien, Sembat, Renaudel, Henderson, Vandervelde, Stauning, Branting, Bissolati e Cia., tenha reservado cada vez mais as suas simpatias para o anarco-sindicalismo, apesar de este ser irmão do oportunismo.

A dialéctica revolucionária nunca foi para Marx a fraseologia da moda, a coisa enfadonha que dela fizeram Plekhanov, Kautsky e outros. Marx soube romper impiedosamente com o anarquismo, pela incapacidade deste em utilizar o verdadeiro "estábulo" que é o parlamento burguês, principalmente quando a situação não é, de forma alguma, revolucionária; mas, ao mesmo tempo, soube fazer uma crítica verdadeiramente revolucionária e proletária do parlamentarismo.

Decidir periodicamente, para um certo número de anos, qual o membro da classe dominante que há-de oprimir e esmagar o povo no parlamento, eis a própria essência do parlamentarismo burguês, não somente nas monarquias parlamentares constitucionais, como também nas repúblicas mais democráticas.

Entretanto, pondo-se a questão do Estado e considerando o sistema parlamentar como uma das instituições' do Estado, qual é a saída do parlamentarismo, do ponto de vista das tarefas do proletariado neste domínio? E como dispensá-lo?

Devemos repeti-lo ainda outra vez: os ensinamentos de Marx baseados no estudo da Comuna estão tão bem esquecidos que o "social-democrata" contemporâneo (leia-se: o renegado contemporâneo do socialismo) é incapaz de conceber outra crítica do parlamentarismo que não seja a critica anarquista ou reaccionária.

se o assunto fosse uma "ingenuidade" antiquada, exactamente como os cristãos fizeram, uma vez o seu culto tornado religião de Estado, "esquecendo-se" das "ingenuidades" do cristianismo primitivo e do seu espírito democrático revolucionário.

A redução geral dos vencimentos dos altos funcionários parece a "simples" exigência de um democratismo ingénuo e primitivo. Um dos "fundadores" do oportunismo moderno, o ex-social-democrata Eduardo Bernstein, não se limita a repetir as medíocres zombarias burguesas contra o democratismo "primitivo". Como todos os oportunistas e como os kautskistas do nosso tempo, Bernstein não compreendeu em absoluto que a passagem do capitalismo ao socialismo é impossível sem um certo "regresso" ao democratismo "primitivo" (como poderiam ser desempenhadas, de outro modo, as funções do Estado pela maioria da população e depois por toda a população?) e que, por outro lado, este "democratismo primitivo", baseado no capitalismo e na civilização capitalista, não é o democratismo primitivo das épocas antigas ou pré-capitalistas. A cultura capitalista criou a produção em grande escala, as fábricas, os caminhos-de-ferro, o correio, o telefone, etc.; ora, nessa base, a grande maioria das funções do velho "poder do Estado" tem-se por tal forma simplificado e pode ser reduzida a operações tão simples de registo, inscrição e fiscalização, que essas funções se tornarão inteiramente acessíveis a qualquer cidadão com instrução primária, mediante um "salário de operário", e podem (e devem) perder, até ao último vestígio, o carácter privilegiado e "hierárquico".

Elegibilidade absoluta, amovibilidade, em qualquer tempo, de todos os empregos sem excepção, redução dos vencimentos ao nível do "salário de operário": estas medidas democráticas, simples e "evidentes por si mesmas", ao mesmo tempo que solidarizam os interesses dos operários aos da maioria dos camponeses, servem como uma ponte que conduz do capitalismo ao socialismo. Essas medidas referem-se ao Estado, a uma reconstrução puramente política da sociedade, e, naturalmente, só atingem todo o significado e todo o alcance com a preparada ou realizada "expropriação dos expropriadores", isto é, com a socialização da propriedade privada capitalista dos meios de produção.

"*A Comuna* – escreveu Marx – *converteu o lema de todas as revoluções burguesas, o governo barato, numa realidade, ao suprimir as duas maiores fontes de despesas, o exército e a burocracia*".

Entre os camponeses, como nas outras camadas da pequena burguesia, só uma ínfima minoria consegue "subir" e "vencer", no sentido burguês da palavra – isto é, só poucos indivíduos chegam a uma situação abastada, de burgueses ou funcionários garantidos e privilegiados. Em todos os países capitalistas onde há camponeses (e há-os na maioria dos países capitalistas), a grande 'maioria dos camponeses é oprimida pelo governo e aspira a derrubá-lo para instalar, enfim, um "governo barato". Esta é uma tarefa que só o proletariado pode realizar, a ao realizá-la dá, ao mesmo tempo, um passo no sentido da transformação socialista do Estado.



*a luta de classes e a competição por conquistas têm aumentado o poder público a um tal grau que este ameaça absorver toda a sociedade e até o próprio Estado*".

Essas linhas foram escritas, quando muito, pouco depois de 1890. O último prefácio de Engels tem a data de 16 de Junho de 1891. A evolução para o imperialismo, caracterizada pela dominação absoluta dos trusts, pela omnipotência dos grandes bancos, pela política colonial em grande escala, etc., mal começava na França e era ainda mais fraca na América e na Alemanha. Desde então, a "competição por conquistas" deu um passo gigantesco, a ponto de o globo terrestre, mais ou menos em 1910, achar-se definitivamente partilhado entre os "conquistadores rivais", isto é, entre as grandes potências espoliadoras. Os armamentos terrestres e marítimos aumentaram em enormes proporções e a guerra de rapina de 1914-1917, que devia acarretar a hegemonia universal da Inglaterra ou da Alemanha, para repartir o despojo, levou ao limiar da catástrofe devido à "absorção" de todas as forças sociais pela voracidade do poder Estatal.

Engels soube, já em 1891, denunciar a "competição por conquistas" como um dos principais traços, características da política externa das grandes potências, ao passo que os malandrins do social-chauvinismo, em 1914-1917, depois dessa rivalidade ter centuplicado e gerado a guerra imperialista, disfarçam a defesa dos interesses espoliadores da "sua" burguesia com frases sobre a "defesa nacional", a "defesa da República e da Revolução", etc.!

### *3. O Estado, Instrumento de Exploração da Classe Oprimida*

Para manter um poder público particular colocado acima da sociedade, são necessários impostos e dívida pública.

"*Investidos do poder público e do direito de cobrança dos impostos* – escreve Engels – *os funcionários, considerados como órgãos da sociedade, são colocados acima da sociedade. O respeito livre, voluntário, de que eram cercados os órgãos da sociedade patriarcal (do clã) já não lhes bastaria, mesmo que pudessem adquiri-lo"...* Fazem-se leis sobre a "santidade" e "inviolabilidade" dos funcionários. "O mais insignificante agente de polícia" tem mais "autoridade" que os representantes do clã; mas em contrapartida o chefe militar de um país civilizado só pode invejar o mais velho do clã pelo "respeito voluntário" que o cercava na sociedade patriarcal.

Surge, assim colocada, a questão da situação privilegiada dos funcionários como órgãos do poder do Estado. O ponto essencial é este: o que é que os coloca acima da sociedade? Veremos como esta questão teórica foi resolvida praticamente pela Comuna de Paris em 1871, e obscurecida por Kautsky, em 1912, de um ponto de vista reaccionário.

"*Como o Estado nasceu da necessidade de refrear os antagonismos de classes, resulta, em princípio, que, no próprio conflito, o Estado é sempre o Estado da classe mais poderosa e que, de classe economicamente*

*dominante, se torna, também graças a ele, na classe politicamente dominante e adquire, desse modo, novos meios de oprimir e explorar a classe dominada…*"

Não só o Estado antigo e o Estado feudal foram órgãos de exploração dos escravos e dos servos: também …"*o Estado representativo moderno é um instrumento de exploração do trabalho assalariado pelo capital. Há, no entanto, períodos excepcionais em que as classes em luta atingem tal equilíbrio de forças, que o poder público adquire momentaneamente certa independência em relação às mesmas e se torna uma espécie de árbitro entre elas…"*

Tais foram a monarquia absoluta dos séculos XVII e XVIII, o bonapartismo do primeiro e do segundo Império na França, e Bismarck na Alemanha.

Tal é, acrescentamos nós, o governo de Kerensky na Rússia republicana, após iniciar a perseguição ao proletariado revolucionário, no momento em que, devido à liderança dos democratas pequeno-burgueses, os Sovietes tornaram-se já impotentes enquanto a burguesia ainda não é suficientemente forte para os dissolver sem cerimónia.

"*Na República democrática*" – continua Engels – "*a riqueza exerce o poder indirectamente, mas com maior segurança*", primeiro pela "*corrupção pura e simples dos funcionários*" (América), depois pela "*aliança entre o Governo e a Bolsa*" (França e América).

Actualmente, o imperialismo e a dominância dos Bancos têm "desenvolvido", com uma arte requintada, em todas as repúblicas democráticas, esses dois meios de manter e exercer a omnipotência da riqueza. Se, por exemplo, nos primeiros meses da República democrática na Rússia, em plena lua-de-mel, por assim dizer, do casamento dos socialistas – socialistas-revolucionários e mencheviques – com a burguesia dentro do governo de coligação, o sr. Paltchinski sabotou todas as medidas propostas para parar os capitalistas e para restringir os seus abusos, na sua fixação na pilhagem do tesouro público através dos fornecimentos militares; se, em seguida, o sr. Paltchinski, saído do ministério (e substituído, naturalmente, por outro Paltchinski igualzinho a si), se vê "gratificado" pelos capitalistas com uma boa sinecura rendendo cento e vinte mil rublos por ano, que significa isso? Corrupção directa ou indirecta? Aliança do governo com os sindicatos patronais ou "apenas" relações de amizade? Qual é o papel desempenhado pelos Tchernov, Tseretelli, Avksentiev e Skobelev? São aliados "directos" ou apenas indirectos dos milionários dilapidadores dos dinheiros públicos?

Outra razão pela qual a omnipotência da "riqueza" é melhor assegurada numa república democrática, é, nesse regime, não depender de defeitos dos mecanismos políticos ou de invólucros políticos defeituosos do capitalismo. A república democrática é a melhor forma política possível do capitalismo e, por conseguinte, uma vez apreendida essa forma ideal (através dos Paltchinski, Tchernov, Tseretelli e C.ª), consolida o poder de maneira tão sólida, tão



*e sempre amovível da Comuna... O mesmo princípio foi aplicado a todos os funcionários da administração… Dos membros da Comuna até baixo, o serviço público tinha de ser feito com salário de operário. Os privilégios e os subsídios de representação dos altos titulares do Estado desapareceram com esses mesmos títulos...Suprimidos o exército permanente e a polícia, elementos da força material do antigo governo, a Comuna decidiu destruir a força espiritual da repressão, o poder dos padres...Os magistrados perderam a sua independência fictícia... e, como os demais servidores do povo, passaram a ser eleitos, responsáveis e amovíveis*"...

Assim, a Comuna "contentava-se" por assim dizer, em substituir a máquina do Estado quebrada por uma democracia mais completa: supressão do exército permanente, elegibilidade e amovibilidade de todos os funcionários. Na verdade, ela "contentava-se" em substituir – obra gigantesca – certas instituições por outras instituições essencialmente diferentes. É este, exactamente, um caso de "transformação de quantidade em qualidade": a democracia, realizada tão plenamente e tão metodicamente quanto é possível sonhar-se, tornou-se proletária, de burguesa que era; o Estado (= força especial para suprimir socialmente uma classe em particular) transformou-se numa coisa que já não é, propriamente falando, um Estado.

Não é por essa razão que deixa de ser necessário reprimir e quebrar a resistência da burguesia. Para a Comuna, isso era particularmente necessário, e uma das causas da sua derrota foi não se ter lançado a fundo nessa tarefa. Mas, na Comuna, o órgão de repressão era a esmagadora maioria da população e não uma minoria, como foi sempre o caso sob escravidão, servidão e salariado. Ora, uma vez que é a própria maioria do povo que oprime os seus opressores, já não há necessidade de uma "força especial" de repressão! É nesse sentido que o Estado começa a desvanecer. Em lugar de instituições especiais de uma minoria privilegiada (burocracia privilegiada, chefes do exército permanente), a própria maioria pode desempenhar directamente as funções do poder estatal, e, quanto mais o próprio povo assumir essas funções, tanto menos se fará sentir a necessidade desse poder.

A esse respeito, é particularmente notável uma das medidas tomadas pela Comuna salientada por Marx: supressão de todas as despesas de representação, supressão dos privilégios pecuniários dos funcionários, redução de todos os ordenados dos servidores do Estado ao nível do "salário de operário". É nisto que mais se faz sentir a passagem brusca da democracia burguesa para a democracia proletária, a passagem da democracia dos opressores para a democracia dos oprimidos, a passagem da dominação de uma "força especial" de repressão de determinada classe para o esmagamento dos opressores pelas forças combinadas da maioria do povo, dos operários e dos camponeses. E é precisamente neste ponto, talvez o mais importante porque é a questão do Estado que está em causa, que as ideias de Marx foram mais completamente ignoradas! Os inúmeros comentários dos vulgarizadores nunca tocam nele! O silêncio é mantido como

***2. A Máquina do Estado, uma vez Destruída, por qual Coisa Deve Ser Substituída?***

No Manifesto Comunista, em 1847, Marx ainda não dava a esta pergunta senão uma resposta completamente abstracta; ou melhor, limitava-se a enunciar o problema sem precisar os meios de o resolver. Substituir a máquina do Estado pela "elevação do proletariado a classe dominante", pela "conquista da democracia", tal era a resposta.

Para não cair na utopia, Marx esperava da experiência do movimento de massas a resposta à questão de saber que formas concretas tomaria essa elevação do proletariado a classe dominante e de que modo essa elevação se conciliaria com uma inteira e metódica "conquista de democracia".

Na Guerra Civil em França, Marx submete a uma análise das mais atentas a experiência da Comuna, malgrado a debilidade desta. Citaremos os pontos principais dessa obra:

No século XIX desenvolveu-se, originado na Idade Média, "*o poder centralizado do Estado, com os seus órgãos omnipresentes: exército permanente, policia, burocracia, clero, magistratura*". Graças ao desenvolvimento do antagonismo de classes entre o Capital e o Trabalho, "*o poder do Estado assumiu cada vez mais o carácter de uma força pública organizada para a opressão dos trabalhadores, de um instrumento de dominação de classe. Qualquer revolução que marque uma etapa da luta de classes faz destacar, com um relevo cada vez maior, o carácter repressivo do poder do Estado*". Depois da revolução de 1848-49, o poder do Estado torna-se "*o grande instrumento nacional da guerra do Capital contra o Trabalho*". O segundo Império não fez mais senão consolidá-lo.

"*O oposto do Império foi a Comuna*". "*Foi a forma específica*", de uma "*República que devia suprimir não só a forma monárquica da dominação de classe, mas a própria dominação de classe*"…

Em que consistia essa "forma específica" de República proletária socialista? Que espécie de Estado começou a Comuna a criar?

…"*O primeiro decreto da Comuna suprimiu o exército permanente e substituiu-o pelo povo armado*"…

Essa reivindicação encontra-se, hoje, no programa de todos os partidos que se dizem socialistas. Mas, vê-se o que valem os programas dos nossos socialistas-revolucionários e mencheviques, que, após a revolução de 27 de Fevereiro, se recusaram precisamente a satisfazer essa reivindicação!

,,,"*A Comuna foi constituída por conselheiros municipais eleitos por sufrágio universal nos diferentes bairros de Paris. Eram responsáveis e, a todo o tempo, amovíveis. A maioria compunha-se, muito naturalmente, de operários ou de representantes reconhecidos da classe operária*"...

…"*A polícia, até então agente do governo central, foi imediatamente despojada das suas atribuições políticas, tornando-se um agente responsável*



segura, que nenhuma mudança de pessoas, instituições ou partidos, na república democrática burguesa, é susceptível de abalar esse poder.

É preciso notar ainda, que Engels chama ao sufrágio universal arma de dominação da burguesia. O sufrágio universal, diz ele, considerando, manifestamente, a longa experiência da social-democracia alemã, é: "*…o índice que permite medir a maturidade da classe operária. Não pode ser e não será mais que isso no Estado actual.*"

Os democratas pequeno-burgueses, do género dos nossos socialistas-revolucionários e mencheviques, e os seus irmãos, os social-chauvinistas e oportunistas da Europa ocidental, esperam, precisamente, "mais alguma coisa" do sufrágio universal. Partilham e fazem o povo partilhar da falsa concepção de que o sufrágio universal, "no Estado actual", é capaz de manifestar verdadeiramente a vontade da maioria dos trabalhadores e garantir-lhe a concretização.

Não podemos senão notar aqui essa falsa concepção e salientar que a declaração clara, precisa e concreta de Engels é desvirtuada a cada passo na propaganda e na agitação dos partidos socialistas "oficiais", isto é, oportunistas. Demonstraremos mais amplamente toda a falsidade da ideia que Engels aqui repudia, desenvolvendo mais adiante as teorias de Marx e Engels sobre o Estado "actual".

Na sua obra mais popular, Engels resume nestes termos a sua teoria:

"*O Estado, por conseguinte, não existiu sempre. Houve sociedades que passaram sem ele e que não tinham a menor noção do Estado nem do poder governamental. Num certo grau do desenvolvimento económico, ligado necessariamente à divisão da sociedade em classes, essa divisão fez do Estado uma necessidade. Presentemente, marchamos a passos largos para um tal desenvolvimento da produção, que a existência dessas classes não só deixa de ser uma necessidade, como se toma mesmo um obstáculo à produção. As classes desaparecerão tão inelutavelmente como apareceram. Ao mesmo tempo que as classes desaparecerem, desaparecerá, inevitavelmente, o Estado. A sociedade reorganizando a produção sobre a base da associação livre e igual de todos os produtores, enviará a máquina do Estado para o lugar que lhe convém: o museu de antiguidades, ao lado da roda de fiar e do machado de bronze*".

Não se encontra, com frequência, esta citação na literatura de propaganda da social-democracia contemporânea. E quando alguém reproduz este trecho, fá-lo, em geral, como quem se curva diante de um ídolo, como quem faz um acto de veneração oficial a Engels, sem a menor intenção de reflectir sobre o amplo e profundo significado revolucionário de "enviar a máquina do Estado para o museu de antiguidades". A maior parte das vezes, parece que nem sequer se compreende o que Engels entende por máquina do Estado.

### *4. O "Desvanecimento" do Estado e a Revolução Violenta*

As palavras de Engels sobre o "desvanecimento" do Estado gozam de tal celebridade, são tão frequentemente citadas, põem tão bem em relevo o fundo da falsificação oportunista do marxismo, que é necessário examiná-las detalhadamente. Citaremos toda a passagem de onde são extraídas:

"*O proletariado apodera-se da força do Estado e começa por converter os meios de produção em propriedade do Estado. Mas, por esse meio, ele próprio se destrói como proletariado, abole todas as distinções e antagonismos de classes e, simultaneamente, também o Estado, enquanto tal. A antiga sociedade, que se movia através dos antagonismos de classe, tinha necessidade do Estado, isto é, de uma organização da classe exploradora, em cada época, para manter as condições exteriores de produção e, principalmente, para manter pela força a classe explorada nas condições de opressão exigidas pelo modo de produção existente (escravidão, servidão, trabalho assalariado). O Estado era o representante oficial de toda a sociedade, a sua síntese num corpo visível, mas só o era como Estado da própria classe que representava, em cada época, toda a sociedade: Estado dos cidadãos proprietários de escravos, na antiguidade; Estado da nobreza feudal, na Idade Média; e Estado da burguesia de nossos dias. Mas, quando o Estado se torna, finalmente, representante efectivo da sociedade inteira, torna-se supérfluo. Uma vez que não haja nenhuma classe social a oprimir; uma vez que desapareçam, juntamente com a dominação de classe e com a luta pela existência individual, engendradas pela actual anarquia da produção, as colisões e os excessos que daí resultam, não haverá mais nada a reprimir, e uma força especial de repressão, um Estado, deixa de ser necessária.*

*O primeiro acto pelo qual o Estado se manifesta realmente como representante de toda a sociedade – a posse dos meios de produção em nome da sociedade – é, ao mesmo tempo, o último acto próprio do Estado. A intervenção do Estado nas relações sociais vai-se tornando supérflua domínio a domínio e entra em letargia. O governo das pessoas é substituído pela administração das coisas e pela direcção do processo de produção. O Estado não é "abolido, desvanece. É desse ponto de vista que se deve apreciar a palavra de ordem de "Estado livre do povo", tanto no seu interesse passageiro para a agitação, como na sua definitiva insuficiência científica; é, igualmente, desse ponto de vista que se deve apreciar a reivindicação dos chamados anarquistas, pretendendo que o Estado seja abolido de um dia para o outro." (Anti-Düring, A Subversão da Ciência do Senhor Eugen Düring,* pp 301-03, 3.ª ed. alemã)

Sem receio de erro, pode-se dizer que, de todo esse raciocínio de Engels, de uma notável riqueza de pensamento, só resta, nos partidos socialistas de hoje, como verdadeira aquisição do pensamento socialista a tese de que o Estado, segundo Marx, "desvanece", contrariamente à doutrina anarquista da "abolição" do Estado. Amputar assim o marxismo é reduzi-lo ao oportunismo, pois que, depois de um tal "interpretação" não fica senão a



igualmente a desmontagem, a destruição da "máquina do Estado" (levada, de 1914 a 1917, a uma perfeição europeia, imperialista).

Em segundo lugar, o que merece uma atenção especial é essa profunda observação de Marx de que a destruição da máquina burocrática e militar do Estado é a "condição prévia de qualquer revolução verdadeiramente popular". Essa expressão – "revolução popular" – parece surpreendente na boca de Marx, e os adeptos de Plekhanov na Rússia, assim como os mencheviques, esses discípulos de Struve, desejosos de se passarem por marxistas, poderiam tomá-la por um "engano". Reduziram o marxismo a uma doutrina tão mesquinhamente liberal que, excluindo a antítese – revolução burguesa e revolução proletária – nada existe para eles, e, ainda assim, só concebem essa antítese como uma coisa já morta.

Se tomarmos como exemplo as revoluções do século XX, temos de reconhecer que as revoluções portuguesa e turca foram revoluções burguesas. Mas, nem uma nem outra foram "populares". De facto, a massa do povo, a grande maioria, com as suas exigências económicas e políticas próprias, não fez sentir a sua influência nem numa nem noutra. Em compensação, a revolução burguesa na Rússia em 1905-1907, sem ter tido os "brilhantes" resultados da portuguesa e da turca, foi, sem contestação, uma revolução "verdadeiramente popular"; aqui, a massa do povo, a sua maioria, as suas camadas sociais "inferiores", esmagadas sob o jugo da exploração, sublevaram-se espontaneamente e imprimiram a todo o curso da revolução o cunho das suas exigências, das suas tentativas para reconstruir à sua maneira uma nova sociedade no lugar da antiga em vias de destruição.

Em nenhum dos países da Europa continental de 1871, a maioria do povo era constituída pelo proletariado. A revolução capaz de arrastar a maioria do movimento só poderia ser "popular" com a condição de englobar o proletariado e os camponeses, Essas duas classes constituíam, então, "o povo". Essas duas classes são solidárias, visto que a "máquina burocrática e militar do Estado" as oprime, as esmaga e as explora. Quebrar essa máquina, demoli-la, tal é o objectivo prático do "povo", da sua maioria, dos operários e dos camponeses; tal é a "condição prévia" da aliança livre dos camponeses mais pobres e do proletariado. Sem essa aliança, não há democracia sólida nem transformação social possível.

Era para essa aliança, como se sabe, que tendia a Comuna de Paris, que falhou por uma série de razões de ordem interna e externa.

Ao falar de uma "revolução verdadeiramente popular", sem esquecer as particularidades da pequena burguesia, a que muitas vezes e largamente se referiu, Marx media rigorosamente as relações de forças sociais na maioria dos Estados continentais da Europa, em 1871. Por outro lado, constatava que os operários e camponeses são igualmente interessados em quebrar a máquina do Estado e em coligarem-se para o objectivo comum de suprimir o "parasita" e de o substituir por alguma coisa de novo.

Exactamente, por qual coisa?

É bastante característico que seja justamente essa correcção essencial o que os oportunistas deturpam, a tal ponto que sem dúvida para nove décimos, senão para noventa e nove centésimos dos leitores do Manifesto, o seu significado é desconhecido. Desta distorção falaremos num dos capítulos seguintes, consagrado especialmente às distorções. Aqui, bastará salientar que segundo a "interpretação" corrente, vulgar, da famosa fórmula de Marx por nós citada, ele teria destacado a ideia do desenvolvimento lento em oposição à conquista do poder, etc.

Na realidade, é justamente o contrário. A ideia de Marx é que a classe operária deve quebrar, destruir a "máquina estatal", não se limitando apenas a assenhorear-se dela.

Em 12 de Abril de 1871, isto é, precisamente durante a Comuna, Marx escrevia a Kugelmann:

"*Se olhares o último capítulo do meu 18 de Brumário, verás que exponho a forma como a próxima tentativa da revolução em França não consistirá em passar de umas mãos para outras a máquina burocrática e militar – como tem feito até aqui – mas em quebrá-la* (*zerbrechen*: a palavra é sublinhada por Marx no original). *Eis a condição prévia de qualquer revolução verdadeiramente popular no continente. Eis também o que tentaram os nossos heróicos camaradas de Paris*" (Neue Zeit, XX, 1, 1901-1902, p. 709). (Há pelo menos duas edições em russo das cartas de Marx a Kugelmann, uma das quais editada e prefaciada por mim.)

Essas palavras – "quebrar a máquina burocrática e militar do Estado" – condensam a grande lição do marxismo sobre a tarefa do proletariado relativa ao Estado durante a revolução. E é precisamente esta lição que se esquece completamente e que a "interpretação" dominante do marxismo, devido a Kautsky, distorce completamente!

Quanto à passagem do "18 de Brumário" á qual se refere Marx e que anteriormente citamos por extenso, há, principalmente, dois pontos a assinalar.

Primeiro, ele torna extensiva a sua conclusão apenas ao continente. Isso compreendia-se em 1871, quando a Inglaterra era ainda um modelo de país puramente capitalista, mas sem militarismo e, até certo ponto, sem burocracia. Essa a razão pela qual Marx excluiu a Inglaterra, onde a revolução, e mesmo a revolução popular, parecia possível, e o era, sem a destruição prévia da "máquina do Estado".

Em 1917, na época da primeira guerra imperialista, essa restrição de Marx cai: a Inglaterra e os Estados Unidos, os maiores e últimos representantes no mundo da "liberdade" anglo-saxónica, sem militarismo e sem burocracia, atolam-se completamente no pântano infecto e sangrento das instituições burocráticas e militares à europeia, onde tudo é oprimido, tudo é esmagado. Actualmente, tanto na Inglaterra como na América, "a condição prévia para qualquer revolução verdadeiramente popular" é



concepção de uma transformação lenta, equilibrada, progressiva, sem sobressalto nem tempestade, sem revolução. Falar de "desvanecimento" do Estado desta forma, na concepção corrente, vulgarizada no seio das massas, equivale, indubitavelmente, a obscurecer, senão mesmo a repudiar, a revolução.

No entanto, tal "interpretação" não passa da mais grosseira deformação do marxismo em proveito exclusivo da burguesia, deformação baseada teoricamente na omissão das principais circunstâncias e considerações indicadas, nas conclusões de Engels, que acabámos de citar por inteiro.

1.º Logo no início do seu raciocínio, Engels diz que, ao tomar o poder, o proletariado, "por esse meio, abole o Estado, enquanto tal". "Não se costuma" aprofundar o que isso significa. Em geral, despreza-se inteiramente esse pensamento ou vê-se nele uma espécie de "fraqueza hegeliana" de Engels. Na realidade, essas palavras significam, em síntese, a experiência de uma das maiores revoluções proletárias, a experiência da Comuna de Paris de 1871, de que falaremos mais detalhadamente no lugar que lhe compete. De facto, Engels fala da "abolição" do Estado burguês pela revolução proletária, ao passo que as suas palavras sobre o "desvanecimento" até à extinção do Estado se referem aos vestígios do Estado proletário que subsistem depois da revolução socialista. Segundo Engels, o Estado burguês não "desvanece"; é "aniquilado" pelo proletariado na revolução. O que se vai extinguindo, depois dessa revolução, é o Estado proletário ou semi-Estado.

2.º O Estado é "uma força especial de repressão". Esta notável e profunda definição de Engels é de absoluta clareza. Dela resulta que essa "força especial de repressão" do proletariado pela burguesia, de milhões de trabalhadores por um punhado de ricos, deve ser substituída por uma "força especial de repressão" da burguesia pelo proletariado (a ditadura do proletariado). É nisso que consiste a "abolição do Estado, enquanto tal". É nisso que consiste o "acto" de posse dos meios de produção em nome da sociedade. Consequentemente, essa substituição de uma "força especial" (a da burguesia) por outra "força especial" (a do proletariado) não pode equivaler a um "desvanecimento" da primeira.

3.º Esse "desvanecimento" ou, para empregar a expressão com mais relevo e cor, essa "letargia", coloca-a Engels, claramente, no período posterior ao "acto de posse dos meios de produção pelo Estado, em nome da sociedade", posterior, portanto, à revolução socialista. Todos nós sabemos que a forma política do "Estado" é, então, a plena democracia. Mas, nenhum dos oportunistas, que impudentemente desvirtuam o marxismo, concebe que Engels se refira à "letargia" e ao " desvanecimento " da democracia. À primeira vista, parece estranho; mas, só é incompreensível para quem não reflecte que a democracia é também Estado e, por conseguinte, desaparecerá quando o Estado desaparecer. Só a Revolução pode "abolir" o Estado burguês. O Estado em geral, isto é, a plena democracia, só pode "desvanecer".

4.º Ao enunciar a sua famosa tese: "O Estado desvanece", Engels apressou-se a precisar que essa fórmula é dirigida contra os oportunistas e contra os anarquistas. E coloca em primeiro plano o corolário que atinge os oportunistas.

Pode-se apostar que, em dez mil pessoas que leram essas linhas ou ouviram falar do "desvanecimento" do Estado, nove mil e novecentos e noventa ignoram absolutamente ou esquecem que Engels não dirigia as conclusões da sua tese apenas contra os anarquistas. E, nas dez restantes, há seguramente nove que não sabem o que é o "Estado livre do povo" e a razão porque, atacando-o, Engels ataca os oportunistas. É assim que se escreve a história! É assim que se acomoda paulatinamente a grande doutrina revolucionária ao filistinismo reinante. A conclusão contra os anarquistas foi mil vezes repetida, vulgarizada e inculcada nos cérebros da forma mais simplificada, adquirindo a tenacidade de um preconceito. Mas a conclusão contra os oportunistas foi deixada na sombra e "esquecida"!

O "Estado livre do povo" foi uma exigência do programa e uma palavra de ordem corrente dos social-democratas alemães nos anos setenta. Essa palavra de ordem não tem qualquer conteúdo político, excepto descrever de forma pomposa e filistina o conceito de democracia. Para Engels "justificava-se momentaneamente" o seu emprego na agitação, na medida em que essa palavra de ordem aludia de forma legalmente admissível à república democrática. Mas era uma palavra de ordem oportunista, pois não só embelezava a democracia burguesa, como também levava à incompreensão da crítica socialista ao Estado em geral. Nós somos partidários de que a república democrática é a melhor forma de governo para o proletariado sob o regime capitalista, mas andaríamos mal esquecendo que a escravidão assalariada é o quinhão do povo mesmo na república burguesa mais democrática.

Além do mais qualquer Estado é uma "força especial de repressão" da classe oprimida. Consequentemente um Estado, seja ele qual for, não poderá ser nem livre nem do povo. Marx e Engels explicaram isso repetidamente aos seus camaradas de partido nos anos setenta.

5.º A mesma obra de Engels, cujo raciocínio sobre o desvanecimento do Estado todos recordam, contém também um outro sobre a importância da revolução violenta. A apreciação do seu papel histórico torna-se, na obra de Engels, uma verdadeira apologia da revolução violenta. Disso ninguém "se lembra". É moda, nos partidos socialistas contemporâneos, não falar nem pensar nunca no assunto; na propaganda e na agitação quotidianas entre as massas, essa ideia não desempenha qualquer papel. E, no entanto, está indissoluvelmente ligada à ideia do "desvanecimento" do Estado, com a qual forma um todo harmonioso.

Eis a argumentação de Engels:

*"…que a violência desempenha ainda outro papel na história [diferente de ser uma fonte do mal], um papel revolucionário; que é, segundo Marx, a parteira de toda velha sociedade, grávida de uma sociedade nova; que é a*



# III

# A Experiência da Comuna de Paris Análise de Marx

### *1. Onde Reside o Heroísmo da Tentativa dos Comunardos*

Como se sabe, alguns meses antes da Comuna, no Outono de 1870, Marx, pondo de sobreaviso os operários parisienses contra o perigo, demonstrava-lhes que qualquer tentativa para derrubar o governo era uma tolice ditada pelo desespero. Mas quando, em Março de 1871, a batalha decisiva foi imposta aos operários e estes a aceitaram, quando a insurreição se tornou um facto consumado, Marx saudou com entusiasmo a revolução proletária. Apesar dos seus sinistros prognósticos, Marx não teimou em condenar por pedantismo um movimento "prematuro", como o fez o renegado russo do marxismo Plekhanov, de triste memória, cujos escritos instigadores, encorajavam à luta os operários e camponeses em Novembro de 1905, e que, após Dezembro de 1905, gritava como os liberais: " Não era necessário pegar em armas!"

Marx não se contentou em entusiasmar-se com o heroísmo dos comunardos no “assalto aos céus”, segundo a sua expressão. Muito embora o movimento revolucionário das massas falhasse o objectivo, Marx viu nele uma experiência histórica de enorme importância, um passo para a frente na revolução proletária universal, uma tentativa prática mais importante do que centenas de programas e argumentos. Analisar essa experiência, colher nela lições de táctica e submeter à prova a sua teoria, eis a tarefa a que Marx se impôs.

A única "correcção" que Marx julgou necessário introduzir no Manifesto Comunista, fê-la segundo a experiência revolucionária dos comunardos de Paris.

O último prefácio do Manifesto Comunista, assinado conjuntamente pelos dois autores, data de 24 de Junho de 1872. Nele, Karl Marx e Friedrich Engels dizem que o programa do Manifesto “envelheceu em alguns dos seus pontos”, continuando:

“*A Comuna demonstrou, nomeadamente, que a «classe operária não pode contentar-se com tomar tal qual a máquina estatal e fazê-la funcionar por sua própria conta».*”

As últimas palavras entre aspas dessa citação foram tiradas da obra de Marx “A Guerra Civil em França”.

Assim, Marx e Engels atribuíram tão grande importância a esta lição fundamental da Comuna de Paris, que a introduziram, como correcção essencial, no Manifesto Comunista.

*arma com a qual as forças do movimento social quebram as formas políticas petrificadas e mortas – sobre isso nem uma palavra do sr. Dühring.*

*Que só no meio de suspiros e gemidos admite ser possível a necessidade da violência para inverter o regime económico da exploração – infelizmente! Pois a violência, diz ele, desmoraliza os que a ela recorrem!*

*E isso, a despeito do grande surto moral e intelectual que nasce de qualquer revolução vitoriosa!*

*E isso na Alemanha, onde o choque violento, ao qual o povo poderia ser constrangido, teria, ao menos, a vantagem de destruir o servilismo que penetrou na consciência nacional na sequência das humilhações da Guerra dos Trinta Anos!*

*E é essa mentalidade de pregador, sem arrojo, sem sabor e sem força, que pretendia impor ao partido mais revolucionário que a história conhece!*".*(Anti-Dühring* , p. 193 da 3.ª edição. alemã, fim do cap. IV, 2ª parte.)

Como conciliar na mesma doutrina esta apologia da revolução violenta, insistentemente repetida por Engels, aos social-democratas alemães de 1878 a 1895, isto é, até à sua morte, com a teoria do "desvanecimento" do Estado?

Normalmente as duas são conciliadas ecleticamente por processos empíricos ou sofísticos, tomando arbitrariamente (ou para agradar aos poderosos do dia) ora a ideia da revolução violenta, ora a do desvanecimento; e em noventa e nove por cento das vezes, senão mais, é colocada em primeiro plano justamente esta última. A dialéctica cede lugar ao ecletismo: com relação ao marxismo, é a coisa mais frequente e mais espalhada na literatura social-democrata oficial dos nossos dias. Não é uma novidade, certamente, pois o ecletismo já substituiu a dialéctica na história da filosofia clássica grega. Na falsificação oportunista do marxismo, a falsificação eclética da dialéctica engana as massas com mais facilidade, dá-lhes aparente satisfação, parecendo ter em conta todas as faces do processo, todas as formas de desenvolvimento, todas as influências contraditórias, etc., quando, de facto, não tem qualquer ideia coerente e revolucionária do desenvolvimento da sociedade.

Já dissemos acima, e demonstraremos mais detalhadamente a seguir, que a doutrina de Marx e Engels sobre o carácter inevitável da revolução violenta se refere ao Estado burguês. Este só pode, em geral, ceder lugar ao Estado proletário (ditadura do proletariado) por meio de uma revolução violenta e não por meio de um "desvanecimento". A apologia que Engels faz da revolução violenta está plenamente de acordo com as numerosas declarações de Marx (lembremo-nos da conclusão de'"A Miséria da Filosofia" e do "Manifesto do Partido Comunista" proclamando orgulhosamente e abertamente, que a revolução violenta é inelutável; lembremo-nos da crítica ao programa de Gotha de 1875, quase trinta anos mais tarde, em que Marx flagela desapiedadamente o oportunismo desse programa). Esta apologia não tem nada de "entusiasmo", nada de declamatório, nem é um movimento

de espírito polémico. A essência de toda a doutrina de Marx e de Engels está na necessidade de inocular sistematicamente as massas com esta ideia de revolução violenta. É a omissão dessa propaganda, dessa agitação, que marca com mais relevo a traição doutrinária das tendências social-chauvinistas e kautskistas hoje predominantes.

A substituição do Estado burguês pelo Estado proletário não é possível sem revolução violenta. A eliminação do Estado proletário, isto é, a eliminação de todo e qualquer Estado, só é possível pelo "desvanecimento".

Marx e Engels desenvolveram estas ideias de forma detalhada e concreta, estudando separadamente cada situação revolucionária e analisando as lições fornecidas pela experiência de cada revolução em particular. É esta parte da sua doutrina, evidentemente, a parte mais importante, que passamos a analisar.



O oportunismo contemporâneo, encarnado pelo seu principal representante, o ex-marxista K. Kautsky, cai inteiramente na caracterização da posição burguesa formulada por Marx, porque circunscreve o reconhecimento da luta de classes à esfera das relações burguesas. (E dentro desses limites, não há liberal instruído que não consinta em admitir "em principio" a luta de classes!). O oportunismo não leva o reconhecimento da luta de classes até ao essencial, até ao período de transição do capitalismo ao comunismo, até ao período de derrubamento da burguesia e do seu completo aniquilamento. Na realidade, esse período é, inevitavelmente, o de uma luta de classes extremamente encarniçada, revestindo-se de uma acuidade ainda desconhecida. O Estado dessa época deve ser, pois, um Estado democrático (para os proletários e os não-possuidores em geral) inovador e um Estado ditatorial (contra a burguesia) igualmente inovador.

Ainda mais. O fundo da doutrina de Marx sobre o Estado só foi assimilado pelos que compreenderam que a ditadura de uma classe é necessária, não só a toda sociedade dividida em classes, em geral, não só ao proletariado vitorioso sobre a burguesia, mas ainda em todo o período histórico que separa o capitalismo da "sociedade sem classes", do comunismo. As formas dos Estados burgueses são as mais variadas; mas a sua natureza fundamental é invariável: todos esses Estados se reduzem, de um modo ou de outro, mas obrigatoriamente, afinal de contas, à ditadura da burguesia. A passagem do capitalismo para o comunismo não pode deixar, naturalmente, de suscitar um grande número de formas políticas variadas, cuja natureza fundamental, porém, será igualmente inevitável: a ditadura do proletariado.

### *3. Como Marx Punha a Questão em 1852*

Mehring publicava, em 1907, na Neue Zeit (XXV, 2, 164), extractos de uma carta de Marx a Weidemeyer, de 5 de Março de 1852. Essa carta encerra, entre outras, a notável passagem seguinte:

"*No que me concerne, eu não tenho o mérito de ter descoberto a existência das classes na sociedade contemporânea, nem o de ter descoberto a luta dessas classes entre si. Os historiadores burgueses expuseram, muito antes de mim, o desenvolvimento histórico dessa luta de classes, e os economistas burgueses a anatomia económica das classes. O que eu fiz de novo consiste na demonstração seguinte: 1º) que a existência das classes só se prende a certas batalhas históricas relacionadas com o desenvolvimento da produção (historische Entwickelungskampfe der Produktion); 2º) que a luta de classes conduz necessariamente à ditadura do proletariado; 3º) que essa própria ditadura é apenas a transição para a supressão de todas as classes e para a formação de uma sociedade sem classes.*"

Marx conseguiu exprimir nestas linhas, com surpreendente relevo, primeiro, o que distingue radicalmente a sua doutrina da dos pensadores mais avançados e mais profundos da burguesia e, segundo, a essência da sua teoria do Estado.

O fundamental na doutrina de Marx é a luta de classes. É, pelo menos, o que se escreve e o que se diz frequentemente. Mas, é inexacto. Deformações oportunistas do marxismo, falsificações do marxismo tendentes a adaptá-lo às necessidades da burguesia, derivam frequentemente dessa inexactidão. A doutrina da luta de classes foi concebida não por Marx, mas pela burguesia antes de Marx, e, de maneira geral, é aceitável para a burguesia. Quem só reconhece a luta de classes não é ainda marxista e pode muito bem não sair dos quadros do pensamento burguês e da política burguesa. Limitar o marxismo à luta de classes é truncá-lo, reduzi-lo ao que é aceitável para a burguesia. Só é marxista aquele que estende o reconhecimento da luta de classes ao reconhecimento da ditadura do proletariado. A diferença mais profunda entre o marxista e o pequeno (ou grande) burguês ordinário está aí. É sobre esta pedra de toque que é preciso experimentar a compreensão efectiva do marxismo e a adesão ao marxismo. Não é de espantar que, quando a história da Europa levou a classe operária a abordar praticamente esta questão, todos os oportunistas e reformistas, e todos os "kautskistas " também (hesitantes entre o reformismo e o marxismo), se tenham revelado pobres filisteus e democratas pequeno-burgueses, negadores da ditadura do proletariado. A brochura de Kautsky "A Ditadura do Proletariado", aparecida em Agosto de 1918, isto é, muito tempo depois da primeira edição da presente obra, oferece-nos um modelo da deformação pequeno-burguesa do marxismo que, na realidade, repudia completamente essa doutrina, ao mesmo tempo que, hipocritamente, a reconhece da boca para fora (ver a brochura: "A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky", 1918).



# II

# A Experiência de 1848-1851

### *1. As Vésperas da Revolução*

As primeiras obras do marxismo adulto, A Miséria da Filosofia e o Manifesto Comunista, aparecem nas vésperas da revolução de 1848. Em consequência desta circunstância, além da exposição dos princípios gerais do marxismo, temos nelas, até certo ponto, um reflexo da situação revolucionária de então; assim, creio que será mais acertado estudar o que os nossos autores dizem do Estado, antes de examinarmos as suas conclusões da experiência dos anos de 1848-1851.

"*Em lugar da velha sociedade civil* – escreve Marx na Miséria da Filosofia – *a classe laboriosa, no curso do seu desenvolvimento, instituirá uma associação onde não existirão nem classes nem os seus antagonismos; e, a partir daí, deixará de haver poder político propriamente dito, pois o poder político é precisamente a expressão oficial do antagonismo existente na sociedade civil*".(Pág 182 da edição alemã de 1885)

É instrutivo aproximar esta exposição geral da ideia do desaparecimento do Estado exposta no Manifesto Comunista, escrito por Marx e Engels alguns meses mais tarde, em Novembro de 1847:

"*Ao esboçar em traços gerais as fases do desenvolvimento do proletariado, descrevemos a história da guerra civil, mais ou menos oculta, que se desenvolve no seio da sociedade existente, até ao momento em que esta guerra se transforma numa revolução aberta e o proletariado, derrubando pela violência a burguesia, implanta a sua dominação.*

*…Como já vimos mais acima, o primeiro passo da revolução operária é a elevação do proletariado a classe dominante, a conquista da democracia.*

*O proletariado servir-se-á da sua supremacia política para arrancar pouco a pouco à burguesia todo o capital, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, quer dizer, do proletariado organizado como classe dominante, e para aumentar com a maior rapidez possível a quantidade das forças produtivas.*" (Pág.s 31 e 37 da 7.ª edição alemã)

Vemos aqui formulada uma das mais notáveis e importantes ideias do marxismo a propósito do Estado, a saber a ideia da "ditadura do proletariado" (como Marx e Engels, depois da Comuna de Paris, iriam chamá-la); encontramos, depois, uma definição altamente interessante do Estado, que também faz parte das "palavras esquecidas" do marxismo: "*o Estado, quer dizer, o proletariado organizado como classe dominante*".

Essa definição do Estado nunca foi comentada na literatura de propaganda e de agitação dos partidos social-democratas oficiais. Ainda

mais: foi esquecida precisamente por ser inconciliável com o reformismo e absolutamente contrária aos preconceitos oportunistas habituais e às ilusões pequeno-burguesas sobre o "evolução pacífica da democracia".

O proletariado tem necessidade de um Estado, repisam todos os oportunistas, os social-chauvinistas e os kautskistas, afirmando ser essa a doutrina de Marx, mas "esquecem-se" de acrescentar: primeiro, que o proletariado, segundo Marx, só tem necessidade de um Estado em desvanecimento, isto é, constituído de tal forma que comece sem demora a desvanecer e que não possa deixar de desvanecer; depois, que o Estado de que os trabalhadores precisam não é outra coisa se não "o proletariado organizado como classe dominante".

O Estado é a organização especial de uma força, da força destinada a subjugar determinada classe. Qual é, pois, a classe que o proletariado deve subjugar? Evidentemente, só a classe dos exploradores, a burguesia. Os trabalhadores só têm necessidade do Estado para quebrar a resistência dos exploradores, e só o proletariado tem envergadura para quebrá-la, porque o proletariado é a única classe revolucionária até ao fim e capaz de unir todos os trabalhadores e todos os explorados na luta contra a burguesia, a fim de a remover definitivamente.

As classes exploradoras precisam da dominação política para a manutenção da exploração, no interesse egoísta de uma ínfima minoria contra a imensa maioria do povo. As classes exploradas precisam da dominação política para o completo aniquilamento de qualquer exploração, no interesse da imensa maioria do povo contra a ínfima minoria dos esclavagistas modernos – os proprietários fundiários e os capitalistas.

Os democratas pequeno-burgueses, esses pseudo-socialistas que substituíram a luta de classes por fantasias de harmonia entre classes, fizeram da transformação socialista uma espécie de sonho: para eles, não se trata de derrubar a dominação da classe exploradora, mas de submeter paulatinamente a minoria à maioria consciente dos seus direitos. O único resultado desta utopia pequeno-burguesa, indissoluvelmente ligada à ideia de um Estado acima das classes, foi a traição aos interesses das classes laboriosas, como o provou a história das revoluções francesas de 1848 e de 1871, como o provou a experiência da participação "socialista" nos ministérios burgueses em Inglaterra, França, Itália e outros países, no fim do século XIX e começo do XX.

Marx lutou, durante toda a sua vida, contra o socialismo burguês, ressuscitado actualmente, na Rússia, pelos partidos socialista-revolucionário e menchevique. Marx desenvolveu, consistentemente, a doutrina da luta de classes até estabelecer a doutrina sobre o poder político, sobre o Estado.

A derrocada da dominação da burguesia só é possível pelo proletariado, única classe cujas condições económicas de existência a tornam capaz de preparar e realizar essa derrocada. O regime burguês, ao mesmo tempo que fracciona e dissemina os camponeses e todas as camadas da pequena burguesia, concentra, une e organiza o proletariado. Em virtude do seu papel



*dos mesmos. Centro do feudalismo na Idade Média, país clássico da monarquia unitária, desde a época da Renascença, a França, na época da sua grande revolução, destruiu o feudalismo e deu à dominação burguesa um carácter de pureza classista que nenhum país atingiu na Europa. Do mesmo modo, a luta do proletariado, no seu despertar, contra a burguesia dominante, adquire uma acuidade desconhecida nos outros países"* (pág. 4, ed. de 1907).

Essa última observação envelheceu, pois que, depois de 1871, houve uma interrupção na luta revolucionária do proletariado francês; contudo, essa interrupção, por longa que tenha sido, não exclui a possibilidade de a França, no curso de uma futura revolução proletária, vir a revelar-se novamente como o país que serve de exemplo aos outros na luta de classes final.

Lancemos um olhar de conjunto sobre a história dos países civilizados nos fins do século XIX e começo do século XX.

Veremos que, mais lentamente, com modalidades mais variadas e num teatro mais amplo, se operam, de um lado, o mesmo processo de elaboração do "poder parlamentar", tanto nos países republicanos (França, América, Suíça), como nas monarquias (Inglaterra, Alemanha até um certo ponto, Itália, os países escandinavos, etc.), do outro, o processo de luta pelo poder, dos diferentes partidos burgueses e pequeno-burgueses, que dividem entre si os empregos públicos, como um despojo, enquanto os fundamentos do regime burguês se mantêm imutáveis, por fim, o processo de aperfeiçoamento e consolidação do "poder executivo" com o seu aparelho burocrático e militar.

Sem dúvida, são esses os traços comuns de toda a evolução moderna dos Estados capitalistas. Em três anos, de 1848 a 1851, a França mostrou, sob uma forma nítida e concentrada, todos os processos característicos do mundo capitalista em rápida sucessão.

Especialmente o imperialismo – época do capital bancário, dos gigantescos monopólios capitalistas, em que o capitalismo dos monopólios se transforma, por via do crescimento, em capitalismo de monopólios de Estado – mostra a extraordinária consolidação da "máquina do Estado", o inaudito crescimento do seu aparelho administrativo e militar, ao mesmo tempo que se multiplicam as repressões contra o proletariado, tanto nos países monárquicos como nos mais livres países republicanos.

A história universal leva-nos, indubitavelmente e numa escala incomparavelmente mais vasta que em 1852, à "concentração de todas as forças" da revolução proletária, com o objectivo da "destruição" da máquina do Estado.

Por que coisa o proletariado a substituirá? A Comuna de Paris forneceu-nos a esse respeito os elementos mais instrutivos.

outrora reservados para os ultra-reacionários, tornaram-se presa dos cadetes, dos mencheviques e dos socialistas-revolucionários. No fundo, não se pensava em nenhuma reforma séria; tudo se fazia por adiar as reformas "até à Assembleia Constituinte", e essa própria Assembleia Constituinte para depois da guerra! Mas, para repartir o despojo, para ocupar as sinecuras ministeriais, os subsecretariados de Estado, os postos de governadores-gerais, etc., etc., não se perdia tempo nem se esperava por nenhuma Assembleia Constituinte!... O jogo das combinações ministeriais não era senão uma expressão da partilha do "espólio" que se propagava de alto a baixo, por todo o país, em toda a administração central ou local. O resultado objectivo de tudo isso em seis meses – de 27 de Fevereiro a 27 de Agosto de 1917 – é incontestável: as reformas adiadas, a partilha das sinecuras realizada, e os "erros" dessa partilha corrigidos por novas partilhas.

Mas, quanto mais se reparte o aparelho administrativo entre os partidos burgueses e pequeno-burgueses (cadetes, socialistas-revolucionários e mencheviques, para tomar como exemplo a Rússia), tanto mais as classes oprimidas, com proletariado à frente, se tornam cientes da sua hostilidade inflexível a toda a sociedade burguesa. Daí a necessidade de todos os partidos burgueses, mesmo o mais democrático e o mais "revolucionário-democrata" entre eles, intensificarem a repressão contra o proletariado revolucionário, reforçarem o aparelho de coerção, ou seja, precisamente a máquina estatal. O curso dos acontecimentos obriga a revolução a "concentrar todas as suas forças de destruição" contra o poder do Estado; impõe-lhe, não o melhoramento da máquina estatal, mas a tarefa de a esmagar e destruir.

Não são deduções lógicas, mas o curso real dos acontecimentos, a rude experiência de 1848-1851 que fazem colocar assim o problema. Até que ponto e com que rigor Marx se apoia na experiência histórica, vê-se bem no facto de ele, ainda em 1852, não levantar concretamente a questão de saber o que viria substituir a máquina estatal que é preciso aniquilar. A experiência ainda não havia respondido a essa pergunta, que a história só mais tarde, em 1871, pôs na ordem do dia. Em 1852, Marx podia apenas constatar, com a precisão da observação científica aplicada à história, que a revolução proletária, iniciara a tarefa de "concentrar todas as suas forças de destruição" contra o poder do Estado, na tarefa de "quebrar" a máquina do Estado.

Poderá perguntar-se se estamos no direito de generalizar a experiência, as observações e as conclusões de Marx e aplicá-las a um período mais largo do que a história da França de 1848 a 1851. Recordemos primeiro, a esse respeito, uma observação de Engels e. de seguida, passemos aos factos.

"*A França* – escrevia Engels no prefácio da terceira edição do 18 de Brumário – *é o país onde, historicamente, as lutas de classe, mais do que em qualquer outro país, têm tido combates decisivos e onde, consequentemente, as formas políticas assumem sucessivamente o aspecto mais característico, cujos contornos se produzem naqueles combates, e espelham os resultados*



económico na grande produção, só o proletariado é capaz de ser o guia de todos os trabalhadores e de todas as massas que, embora tão exploradas, escravizadas e esmagadas quanto ele, e mesmo mais do que ele, são incapazes de travar uma luta independente pela sua própria emancipação.

A doutrina da luta de classes, aplicada por Marx ao Estado e à revolução socialista, conduz fatalmente a reconhecer a supremacia política, a ditadura do proletariado, isto é, um poder proletário exercido sem partilha e apoiado directamente na força das massas em armas. O derrubamento da burguesia só é realizável pela transformação do proletariado em classe dominante, capaz de dominar a resistência inevitável e desesperada da burguesia e de organizar todas as massas laboriosas exploradas para um novo regime económico.

O proletariado precisa do poder político, da organização centralizada da força, da organização da violência, para reprimir a resistência dos exploradores e dirigir a massa enorme da população – os camponeses, a pequena burguesia, os semi-proletários – na edificação da economia socialista.

Educando o partido operário, o marxismo molda a vanguarda de um proletariado capaz de tomar o poder e de conduzir todo o povo ao socialismo, capaz de dirigir e de organizar um novo regime, de ser o instrutor, o chefe e o guia de todos os trabalhadores e de todos os explorados na obra de construir a sua própria vida social sem burguesia e contra a burguesia. O oportunismo reinante, em contrapartida, educa os membros do partido operário para serem os representantes dos trabalhadores melhor pagos, se demarcarem das massas, "conviverem" o melhor possível com o capitalismo e venderem por um prato de lentilhas o seu património, isto é, renunciarem ao papel de guias revolucionários do povo contra a burguesia.

"*O Estado, quer dizer, o proletariado organizado como classe dominante*" – esta teoria de Marx está indissoluvelmente ligada a toda a sua doutrina sobre o papel revolucionário do proletariado na história. Esse papel tem como ponto culminante a ditadura proletária, a dominação política do proletariado.

Mas, se o proletariado precisa do Estado enquanto força especial de repressão contra a burguesia, então uma questão impõe-se: uma tal organização é realizável sem o prévio aniquilamento, a prévia destruição da máquina governamental que a burguesia criou para o seu próprio uso? È à resposta a esta questão que nos conduz "O Manifesto Comunista", e é dela que se ocupa Marx quando resume as lições da revolução de 1848-1851.

### *2. A Experiência de uma Revolução*

A propósito da questão do Estado, e estudando os resultados da revolução de 1848-1851, Marx, faz, sobre o ponto que nos interessa, o seguinte raciocínio n'"O 18 de Brumário de Luís Bonaparte":

"*Mas, a revolução vai ao fundo dos problemas. Por agora pena no purgatório. Mas faz o seu trabalho metodicamente. Até 2 de Dezembro de 1851 [dia do golpe de Estado de Luís Bonaparte], só havia executado metade do trabalho preparatório; ocupa-se, agora, da outra metade. Começou por aperfeiçoar o poder parlamentar, para que fosse possível derrubá-lo. Atingido esse objectivo, passa a aperfeiçoar o poder executivo, reduzindo-o à expressão mais simples, dirigindo-lhe todas as acusações para poder concentrar contra ele todas as suas forças de destruição. E, quando tiver concluído a segunda metade da sua obra preparatória, a Europa erguer-se-á para gritar-lhe com entusiasmo: "bem cavado, velha toupeira!".*

*Esse poder executivo, com a sua imensa organização burocrática e militar, com o seu mecanismo complicado e artificial, esse exército de mais de meio milhão de funcionários, esse espantoso parasita que, como uma rede, envolve o corpo da sociedade francesa e lhe tapa todos os poros, nasceu na época da monarquia absoluta, no declínio do feudalismo que ele ajudou a precipitar. A primeira revolução francesa desenvolveu a centralização. Mas, ao mesmo tempo, precisou aumentar a extensão, as atribuições e o número de agentes do poder governamental. Napoleão completou esse mecanismo. A monarquia legítima e a monarquia de Julho nada lhe acrescentaram de novo, salvo uma maior divisão do trabalho...*

*…Por fim, a república parlamentar, na sua luta contra a revolução, viu-se obrigada, juntamente com a tomada de medidas repressivas, a reforçar os recursos e a centralização do poder governamentais. Todos os levantamentos aperfeiçoaram essa máquina, em vez de a despedaçarem. Os partidos que, cada qual por seu turno, lutavam pela supremacia, viam no acto de posse desse enorme edifício o espólio principal do vencedor.*" (Pág. 98-99 da 4.ª edição alemã)

Neste notável raciocínio, o marxismo realiza um progresso considerável em relação ao Manifesto Comunista. A questão do Estado era ainda posta, no Manifesto, de uma forma muito abstracta, nos termos e expressões mais gerais. Aqui, a questão põe-se concretamente e a dedução é inteiramente precisa, bem definida, praticamente tangível: todas as revoluções anteriores não fizeram senão aperfeiçoar a máquina governamental, quando o necessário é quebrá-la, esmagá-la.

Esta conclusão constitui o próprio fundo, o essencial da doutrina marxista sobre o Estado. E é precisamente este ponto essencial que foi não só esquecido pelos partidos social-democratas oficiais dominantes, mas também fortemente distorcido (como veremos adiante) pelo mais eminente teórico da II Internacional, Karl Kautsky.

O Manifesto Comunista tira as lições gerais da história; essas lições fazem-nos ver no Estado o órgão de dominação de uma classe e levam-nos necessariamente à conclusão de que o proletariado não pode derrubar a burguesia sem começar por conquistar o poder político, sem alcançar a supremacia política e sem se ter erigido em Estado, isto é, em "proletariado organizado como classe dominante", que começará a desvanecer logo a



seguir à vitória, porque, numa sociedade onde não existam antagonismos de classes, o Estado é inútil e impossível. A questão de saber em que consiste, do ponto de vista do desenvolvimento histórico, a substituição do Estado burguês pelo Estado proletário, não é levantada no Manifesto.

Essa questão, colocou-a e resolveu-a Marx em 1852. Fiel à sua filosofia do materialismo dialéctico, toma como base a experiência histórica dos grandes anos revolucionários: 1848-1851. Como sempre, a doutrina de Marx é aqui um resumo das lições da experiência, iluminada por uma concepção filosófica profunda e um conhecimento precioso da história.

A questão do Estado põe-se concretamente: como nasceram, historicamente, o Estado burguês e a máquina estatal necessária à dominação burguesa? Quais têm sido as suas transformações no curso das revoluções burguesas e na presença dos movimentos independentes das classes oprimidas? Qual é o papel do proletariado em relação a essa máquina estatal?

O poder centralizado do Estado, característico da sociedade burguesa, nasceu na época da queda do absolutismo. As duas instituições mais típicas dessa máquina governamental são a burocracia e o exército permanente. Marx e Engels falam várias vezes, nas suas obras, das inúmeras ligações dessas instituições com a burguesia. A experiência de cada trabalhador esclarece essa ligação de forma extremamente viva e perturbante. A classe operária aprende a conhecê-la à sua própria custa. É por isso que compreende tão facilmente e assimila tão bem a ciência que proclama a inevitabilidade desses laços, ciência que os democratas pequeno-burgueses renegam por ignorância e por irreflexão, quando não têm a leviandade ainda maior de a reconhecer "em geral", esquecendo-se de deduzir as consequências práticas.

A burocracia e o exército permanente são "parasitas" da sociedade burguesa, parasitas engendrados pelos antagonismos internos que fraccionam essa sociedade, parasitas que "sufocam" todos os poros vitais. O oportunismo de Kautsky, que predomina, actualmente, na social-democracia oficial, considera essa teoria do Estado parasitário como própria e exclusiva dos anarquistas. Evidentemente, esta deformação do marxismo é de grande vantagem para os filisteus, que levaram o socialismo à vergonha sem precedentes de justificar a guerra imperialista com o conceito da "defesa nacional"; mas, nem por isso deixa de ser uma deformação indiscutível.

Esse aparelho burocrático e militar desenvolve-se, aperfeiçoa-se e consolida-se através das numerosas revoluções burguesas de que a Europa tem sido teatro desde a queda do feudalismo. Em particular, é precisamente a pequena-burguesia quem se deixa seduzir pela grande burguesia e a quem se subordina através desse aparelho, que abastece as camadas superiores do campesinato, dos pequenos artesãos, dos comerciantes, etc., com empregos relativamente cómodos, tranquilos e honoríficos, que colocam os seus titulares acima do povo. Veja-se o que se passou na Rússia, durante seis meses, depois de 27 de Fevereiro de 1917: os empregos públicos,